

Diretor: Delmiro Carreira

Diretores Adjuntos: Aníbal Ribeiro, Carlos Marques, Horácio Oliveira, Teixeira Guimarães e Tomaz Braz

12



Seguros
AE para a AGEAS
em negociação



critica Instituições europeias no **1.º Maio**

Contra o poder dos não-eleitos

 Santander Totta

BST
rejeita despedimento
coletivo

14



Ficha Técnica

Propriedade:

Federação do Setor Financeiro
NIF 508618029

Correio eletrónico: revista.febase@gmail.com

Diretor:

Delmiro Carreira – SBSI

Diretores Adjuntos:

Aníbal Ribeiro – SBC
Carlos Marques – STAS
Horácio Oliveira – SBSI
Teixeira Guimarães – SBN
Tomaz Braz – SISEP

Conselho Editorial:

Firmino Marques – SBN
Jorge Cordeiro – SISEP
Patrícia Caixinha – STAS
Rui Santos Alves – SBSI
Sequeira Mendes – SBC

Editor:

Elsa Andrade

Redação e Produção:

Rua de S. José, 131
1169-046 Lisboa
Tels.: 213 216 090/062
Fax: 213 216 180

Revisão:

António Costa

Grafismo:

Ricardo Nogueira

Execução Gráfica:

Xis e Erre, Lda.
xer@netcabo.pt
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.
2810-237 Laranjeiro

Tiragem: 61.470 exemplares (sendo
5.470 enviados por correio eletrónico)

Periodicidade: Mensal
Depósito legal: 307762/10
Registado na ERC: 125 852

19 SBSI – Bancários do Sul e Ilhas

22 SISEP – Profissionais de Seguros

23 SBC – Bancários do Centro

26 STAS – Actividade Seguradora

29 SBN – Bancários do Norte

DOSSIÊ | 1.º de Maio

"Queremos devolvido o que nos foi tirado"	4
Contratação coletiva	5
Pelo Mundo	6
Combater o desemprego	7

SINDICAL | Secretariado

...E a contratação coletiva começa a ver luz	9
Combater dessindicalização	10
Feriados repostos	11

CONTRATAÇÃO | Seguros

Acordo de Empresa da AGEAS	12
----------------------------	----

ATUAL | Cooperação

Países da CPLP prometem cooperação	13
------------------------------------	----

SINDICAL

BST exclui despedimento coletivo	14
Bankinter pretende aderir ao ACT	14

QUESTÕES | Jurídicas

A prestação de trabalho e a pluralidade de empregadores	16
---	----

TEMPOS LIVRES | Nacional

Caminhadas Febase chegam ao norte	18
-----------------------------------	----



Horácio Oliveira

Este foi o 1.º de Maio da mudança (dizem os sabedores). E nós, os trabalhadores, cá estamos. (...) Queremos que os responsáveis políticos, em todos os órgãos de soberania, partidos e organizações várias falem do social sem receios

Vamos continuar à espera

Comemorou-se mais um 1.º de Maio. Não que o “mais” signifique aqui um enfado, uma ocasião, de entre muitas outras, a que devamos, somente, dar atenção. Mais um 1.º de Maio, mais um Dia do Trabalhador, porque mais um, e único anualmente, que há 42 anos os que vendem a força do seu trabalho gozam em liberdade no nosso País.

A UGT esteve no centro interior, em Viseu. Ritmou-se a festa à vontade dos viseenses, dos que por lá passaram, dos que apostaram em contribuir para a unidade dos trabalhadores, dos sindicatos e das federações sindicais, do Rancho à Moda de Viseu... Da boa gente... Dos não tão bons recados políticos e sindicais. Não se pode ter tudo!

Os trabalhadores fizeram a festa. Não havia lá patrões “offshore”. Se lá estavam patrões eram daqueles que pegam no “batente” e criam calos nas mãos como os seus empregados. E não estava lá ninguém referenciado no “Panama Papers”. Penso. Ninguém foi apontado como responsável do descalabro do nosso sistema financeiro, ou como grande estratega do rumo dos bancos e seguradoras antes da crise. Não estavam na festa da UGT, em Viseu (pasmem-se!?!), os coatores da banca e dos seguros, aqueles que olham para os trabalhadores, lhes chamam colaboradores, veem a sua antiguidade pelo número mecanográfico e, sem pejo, tenham ou não o cônjuge desempregado, tenham ou não filhos para alimentar, os estoqueiam sem lágrima. Não, esses não estavam lá, nem faziam lá falta.

Este foi o 1.º de Maio da mudança (dizem os sabedores). E nós, os trabalhadores, cá estamos. Queremos contribuir para ela, queremos Portugal a avançar, queremos o PR a alavancar a confiança e um PM que não se engane. Queremos que os responsáveis políticos, em todos os órgãos de soberania, partidos e organizações várias falem do social sem receios, tenham concretas propostas viradas para o povo, olhem para os trabalhadores e saibam o que estão a ver, olhem para as crianças e consigam visualizar melhor futuro, enfrentem os velhos e intuem que têm direito a não sofrer e que tudo deve ser feito para que sintam felicidade.

Foi o 1.º de Maio do centro para o País. No próximo ano estamos todos à espera que seja o da manifestação do poder do povo, porque menos pobre, menos desgraçado, menos fardo, mais igual, mais justo, mais ouvido, mais participativo e chamado a participar.

Ficamos à espera... Sem nos acomodarmos.

Líder da UGT

“Queremos devolvido o que nos foi tirado”

O poder económico, financeiro e burocrático que ninguém conhece e o povo não elegeu esteve sob foco da central sindical na festa do Dia do Trabalhador. É tempo de enfrentar a austeridade imposta e exigir respeito por quem trabalha, disse Carlos Silva. O investimento no interior do País, a retoma das 35 horas na função pública e uma aposta efetiva na negociação coletiva e na concertação social foram outros temas fortes da intervenção

Textos | Francisco José Oliveira



A UGT comemorou o 1.º de Maio em Viseu, com muita animação e intervenções sindicais a traçar linhas-mestras. Os Sindicatos da Febase estiveram presentes neste dia de festa e luta, disponibilizando aos respetivos sócios interessados o transporte para poderem participar.

Como acontece tradicionalmente, o momento alto do dia foram as intervenções sindicais.

“Todos são trabalhadoras e trabalhadores e merecem o nosso respeito, admiração e apoio. E estamos ao lado de todos nas suas reivindicações. Alguém lhes perguntou se estavam dispostos a perder parte dos seus salários e pensões?”, afirmou Carlos Silva, lembrando as consequências da crise ainda não ultrapassadas.

“Alguém lhes perguntou se abdicavam dos seus direitos que demoraram décadas a construir sobre carreiras e progressões, sobre horários de trabalho, sobre férias, remunerações e todas as outras matérias constantes da sua contratação coletiva? Alguém perguntou aos reformados da Carris e do Metro se autorizavam a retirada dos seus complementos de reforma? Não – ninguém lhes perguntou.”

As imposições das instituições internacionais marcaram o discurso do secretário-geral da UGT, ao lembrar a “austeridade imposta de forma draconiana, que deveria envergonhar as democracias que construíram a Europa”.

“É por isso que o movimento sindical, entre outras organizações que pugnam pela soberania e autodeterminação dos seus povos, continua a afrontar os poderes que querem esmagar os direitos de quem trabalha”.

CONTRA A ARROGÂNCIA

“O poder económico, financeiro e burocrático, que ninguém conhece, que o povo não elegeu, que percorre os corredores

das instituições europeias e do FMI, sobrepõe-se, com ousadia e arrogância, ao poder democrático das nações, cujas instituições os povos escrutinam e elegendem, e cujos governos prestam contas em cada ato eleitoral para aferir a gestão política da coisa pública”, frisou Carlos Silva, acrescentando:

“Importa, pois, uma vez mais, fazer sentir a quem nos governa que os rendimentos de quem trabalha não podem estar à mão de semear de qualquer BCE, ou FMI, ou Comissão Europeia. À mínima escorregadela orçamental, aí temos os mandões comunitários, atirando com ameaças se houver a mínima hipótese de atualização do salário mínimo nacional, ou se for desbloqueada a negociação coletiva, ou se houver reversão de cortes aos trabalhadores e aos pensionistas.”

Não é a Europa que os portugueses querem e merecem: “Rejeitamos a ideologia das obsessões pelos défices, mesmo que isso atente contra a vida das pessoas. É tempo de retomarmos o primado da política sobre a economia, defendendo o regresso dos princípios de Jean Monnet e dos restantes pais fundadores desta União Europeia, onde a solidariedade entre os países que a compõem não pode ser uma palavra vã”, defendeu.

E questionou: “Com tais exemplos de ausência de solidariedade europeia, onde os mais fortes exploram os mais frágeis, onde se põem em causa direitos que julgávamos inatacáveis, violando princípios e regras democráticas, como hão de os europeus, que vivem em democracia há mais de quatro décadas, acreditar na classe política? Tudo se promete e, de repente, quem vota é espoliado dos seus direitos?”.

MINIMIZAR SACRIFÍCIOS

Salientando que os sindicatos também sofrem com isso, designadamente por revelarem dificuldade em contrariar “as



imposições que vêm de fora (e também às vezes de dentro), apelidando de rigor aquilo que é simplesmente obstinação”, o líder da UGT adiantou: “É chegado o momento de olharmos para o futuro e encetar uma reivindicação, justa a nosso ver, de nos ser devolvido o que nos foi tirado sem ninguém nos ter pedido autorização para isso.”

“Por isso, com troika ou sem ela, sem imposições de entidades estrangeiras que, a troco de empréstimos usurários, aplicam regras antidemocráticas que esmagam os povos e os seus direitos e esbulham os rendimentos do seu trabalho, queremos daqui afirmar que exigimos a reversão dos direitos que estas centenas de milhar de mulheres e homens perderam nos últimos anos.

“Sabemos que abandonar a austeridade, de uma forma imediata, seria o desejável. Mas pelo menos, mantenha o Governo a vontade política de, ao longo da atual legislatura, ir minimizando os sacrifícios de quem tanto sofreu.”

Carlos Silva disse ainda: “Saiba o Governo aliar o respeito pelos compromissos internacionais do País com a sensibilidade social que nos tem faltado, e certamente que essa conjugação de fatores, apesar de muitas pressões externas e algumas internas, dos velhos do Restelo que por aí ainda vão sobrando, e Portugal terá no horizonte a capacidade de sair desta crise social, económica e financeira tremenda.”

SETOR FINANCEIRO É EXEMPLO

Referindo que “já não há sectores protegidos da chaga das reestruturações, das falências e do desemprego”, o líder da central deu como o setor financeiro, igualmente vítima das imposições externas.

“Até o setor financeiro, dantes tão avesso a demonstrar tais fragilidades, hoje lidera nas perdas que inflige ao País, aos con-

tribuintes, aos clientes e aos trabalhadores. Veja-se o cenário do setor bancário e rapidamente concluiremos da profunda alteração havida no panorama nacional, com as consequências daí resultantes para os trabalhadores, sempre tão idolatrados nas campanhas de marketing como um ativo prioritário a defender, mas no primeiro momento de crise é o primeiro ativo a deitar pela borda fora – um ativo que passa a tóxico.”

E apontou o dedo à UE: “Também aqui a Europa não foi complacente, nem coerente com a sua rigidez para Portugal. Veja-se o caso BANIF e atente-se na arrogância de quem, no ►

CONTRATAÇÃO COLETIVA: É TEMPO DE MUDAR AS REGRAS

Na sua intervenção, Carlos Silva referiu-se à proposta apresentada à UGT pela Febase, relativa aos não-sindicalizados. Eis o que disse, em discurso direto:

“Lembramos que a desfiliação sindical em muitos setores deve merecer uma resposta atenta a esse facto.

E a UGT iniciou essa discussão, designadamente colocando em cima da mesa a possibilidade de as convenções coletivas serem aplicadas aos filiados dos sindicatos outorgantes.

É uma boa medida? Só saberemos depois de a discutirmos com empregadores e Governo. Mas primeiro entre nós.

Mas não podemos ficar quietos perante este facto de cerca de um milhão de sindicalizados no nosso País sustentarem a contratação coletiva, de que usufrui a generalidade da população ativa, que é de cerca de 5.400.000 trabalhadores.”

- ▶ alto da sua cátedra, se exime a prestar declarações no seu País perante a casa da democracia. O BCE não responde aos governos ou aos parlamentos nacionais. Mas afinal que instituições são estas que se impõem de forma coerciva e não se deixam fiscalizar?”

VALORIZAR O INTERIOR

Carlos Silva não esqueceu a homenagem à região onde se festejou o Dia do Trabalhador, incluindo nela todas as populações do interior do País. “Gente laboriosa do interior de Portugal, a quem a UGT e os seus sindicatos, dirigentes e filiados, querem prestar homenagem por nunca terem desistido da sua terra, das suas raízes, da sua cultura e da sua identidade.”

“Bem hajam portugueses beirões, transmontanos, alentejanos, minhotos, ribatejanos, algarvios e todos quantos não desistem de querer ser felizes nas terras que os viram nascer e que, teimosamente, se manterão lutando até ao fim dos seus dias.”

O líder da UGT considerou que a valorização do interior de Portugal é hoje uma obrigação prioritária do Estado e de qualquer governo, “pois devem ser implementadas políticas públicas que permitam reverter o contínuo despovoamento de



PELO MUNDO

As manifestações tradicionais do Dia do Trabalhador, que aconteceram por todo o mundo, ficaram marcadas, como é natural, pelas especificidades e peculiaridades do momento político em cada um dos países em que ocorreram. Eis algumas das mais mediáticas.

ISTAMBUL

A Polícia turca usou gás lacrimogénico e canhões de água para dispersar as pessoas que participavam em manifestações não autorizadas. O acesso do público à Praça Taksim – um dos locais preferidos dos turcos para manifestações políticas – foi bloqueado por barreiras e a zona acabou por ficar deserta.

MADRID

As legislativas de 26 de junho marcaram os festejos na capital espanhola, com os sindicatos a pedirem mudanças nas políticas do Partido Popular e a apelarem ao voto nas próximas eleições.

MOSCOVO

Cerca de cem mil pessoas participaram numa enorme parada realizada na Praça Vermelha, com bandeiras e balões perto do Kremlin, recordando as paradas da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

PARIS

A festa dos trabalhadores decorreu em Paris num ambiente tenso, depois de dois meses de contestação a um projeto de lei laboral e de manifestações marcadas pela violência.

SEUL

Dezenas de milhares de pessoas protestaram na capital da Coreia do Sul contra a reforma das condições de trabalho – um projeto do Presidente, que pretende facilitar os despedimentos.

centenas de aldeias, vilas e até cidades do interior do País, através da fixação de empresas que criem postos de trabalho, que possibilitem aos que cá nascem e querem cá viver olhar para o futuro com estabilidade e esperança. Para que cá continuem como é seu desejo”.

Mas isso significa, acrescentou, investir em discriminação positiva ao nível fiscal e uma análise ponderada aos custos de contexto das empresas. “Significa não olhar para os serviços públicos como um custo incluído nas chamadas gorduras do Estado, mas sim como um investimento do Estado para com os portugueses, colocando as pessoas em primeiro lugar nos objetivos das políticas públicas”.

O secretário-geral prosseguiu pugnando que a administração pública e o sector público empresarial “são essenciais para a prestação de um serviço público de qualidade, eficiente, célere e eficaz aos cidadãos – seja na escola, nos institutos politécnicos ou na universidade, seja nos centros de saúde ou nos hospitais, seja nos tribunais, nos notários e nas conservatórias ou nas repartições de finanças, seja ainda nos serviços da Segurança Social, das polícias e das forças armadas, ou nos transportes públicos”.

E para que a administração pública seja eficiente, “precisa de trabalhadores qualificados, motivados, respeitados, não olhados como os parentes pobres do mundo do trabalho, a quem são atribuídas culpas pelos elevados custos de funcionamento do Estado”, frisou.

REGRESSO DAS 35 HORAS

Referindo-se aos funcionários públicos, Carlos Silva criticou o sentimento criado nos últimos anos, “através do discurso e da prática políticas, um aparente fosso entre trabalhadores do público e do privado. Profundamente lamentável”.

“E assim como em 1886, em Chicago, os trabalhadores exigiram a aplicação do horário das 8 horas de trabalho diário, hoje, precisamente 130 anos após essa data gloriosa do movimento operário e sindical, vimos colocar-nos ao lado dos trabalhadores da administração pública que exigem a reposição das 35 horas de trabalho semanal, como um direito da



negociação coletiva que conquistaram e do qual nunca abdicaram”, disse.

“Apelamos daqui ao Governo para que, no próximo dia 1 de julho, cumpra o compromisso assumido com o País – 35 horas para todos os trabalhadores da administração pública, qualquer que seja o seu vínculo.”

Mas os trabalhadores do setor privado também estiveram no centro das preocupações. “E na generalidade do setor privado queremos discutir a reposição dos 25 dias úteis de férias que, tal como os quatro feriados, foram uma das perdas dos trabalhadores com a crise e com o empréstimo a Portugal”.

ESFERA PÚBLICA

Explicando que a UGT não quer “daqui lançar quaisquer ameaças veladas ou explícitas ao Governo”, o líder da central considerou que por isso importa que “o diálogo social flua entre Governo e sindicatos, como melhor arma para alcançar uma efetiva e desejável paz social que o País merece, depois de uma tão grave e longa crise de austeridade que se abateu sobre os portugueses”.

“Estamos disponíveis para, em concertação social, valorizarmos o programa nacional de reformas que o Governo apresentou, com o objetivo de investir em soluções que resolvam problemas estruturais do País, como forma de diminuir as graves assimetrias regionais que teimam em subsistir e promovam uma maior coesão territorial e social, com equilíbrio e sustentabilidade”, adiantou ainda, acrescentando:

“Saiba o Governo aliar o respeito pelos compromissos internacionais do País com a sensibilidade social que nos tem faltado, e certamente que essa conjugação de fatores, apesar de muitas pressões externas e algumas internas, dos velhos do Restelo que por aí ainda vão sobrando, e Portugal terá no horizonte a capacidade de sair desta crise social, económica e financeira tremenda”.

A defesa do Estado social de Direito “deve continuar a fazer parte do discurso sindical”, salientou.

“A manutenção na esfera pública do regime da Segurança Social, do Serviço Nacional de Saúde e da escola pública são

COMBATER O DESEMPREGO

Na sua intervenção, Carlos Silva voltou a frisar a preocupação da central sindical com o nível do desemprego – e a necessidade de combatê-lo –, alertando para alguns números aflitivos:

- desemprego acima dos 12%, nomeadamente o desemprego de longa duração, com mais de 271 mil inscritos no IEFP, que representam mais de 47% do total do desemprego registado em março de 2016;
- desemprego jovem que ainda se situa nos 30% entre os jovens até aos 25 anos – com 73.000 inscritos nos centros de emprego;
- os licenciados desempregados eram em março 76.494, representando 13,3% do total de desempregados;
- em fevereiro existiam 12065 casais desempregados – marido e mulher no desemprego.

alavancas fundamentais da solidariedade intergeracional e de sistemas que devem servir todos, mas sobretudo os mais frágeis e com menores rendimentos”, defendeu o líder da central.

“Não queremos que a proteção social, a educação e a saúde se transformem num regime de caridadezinha ou de mero assistencialismo só para pobres. Estes serviços universais são, por natureza, solidários, e por isso devem irmanar-nos a todos na sua defesa e na continuidade do seu espírito fundacional, ao serviço de todos os portugueses, qualquer que seja o tamanho da sua carteira”, acrescentou.

PACTO ESTRATÉGICO

Para o secretário-geral, “os espaços de diálogo devem ser reforçados”, designadamente quanto ao seu objetivo – “serem um lugar de partilha de contributos, de construção de soluções entre Governo e parceiros sociais”, como organismos da sociedade civil que dão força à democracia participativa e consolidam o diálogo social tão proclamado pela OIT e pelas Nações Unidas. ▶



► “A concertação social é o expoente desses espaços. E deve ser aproveitada pelo Governo para construir, incluir e dialogar”, destacou, propondo:

“É preciso, na visão da UGT, um novo pacto estratégico na concertação social sobre algumas matérias que deverão merecer a necessária ponderação de todas as partes, mas que deve reequilibrar as enormes e sentidas perdas dos trabalhadores nos últimos anos.”

São eles:

Segurança Social – “é ou não é necessária uma reforma estrutural?

Se não é, e isso é o Governo que tem de prova-lo, discutamos fontes alternativas de financiamento que promovam a sua sustentabilidade futura”;

Idade de reforma – “Quando é que cada trabalhador atinge a idade legal de reforma? Ninguém sabe. Não seria importante determinar esse momento, para que cada trabalhador se prepare para essa etapa da vida da forma que melhor lhe convier?”;

Custos de contexto para as empresas – “há ou não condições por parte do Governo para agilizar a burocracia, dar mais celeridade à justiça, promover uma fiscalidade mais justa, equitativa e previsível no tempo?”;

Formação – “Como proceder à melhoria das qualificações dos trabalhadores?”;

Fundos estruturais – “Como rentabilizar os fundos estruturais na promoção de medidas de emprego que respondam às reais

necessidade das empresas e, por aí, à criação de mais postos de trabalho? Já agora, trabalho não precário”.

Depois de exortar à luta contra a corrupção, Carlos Silva concluiu:

“Há muito para fazer em Portugal. É preciso que o País cresça e se desenvolva”, mas “a UGT e os seus sindicatos cá continuarão a fazer o que lhes é exigido pelos trabalhadores e pela sociedade portuguesa.”

MENSAGEM DE ESPERANÇA

A presidente da UGT, Lucinda Dâmaso, endereçou uma mensagem de esperança a todos quantos se encontram neste momento à procura do primeiro emprego, aos desempregados de longa duração, às mulheres (designadamente no combate às desigualdades e pela igualdade de oportunidades), a todos quantos estão dependentes de um emprego precário.

Mostrou, também, a solidariedade da UGT para com os reformados e pensionistas e para aqueles que não desfrutam da vida a que têm direito.

A presidente da central chamou ainda a atenção para a necessidade premente de investimento que o País evidencia, como alavanca fundamental suscetível de um crescimento sustentável que permita a criação de emprego digno.

ANIMAÇÃO SEMPRE PRESENTE

As comemorações do 1.º de Maio da UGT em Viseu estiveram também bem “condimentadas” por um vasto leque de ofertas culturais e de animação.

Além do momento de maior cartaz, que ocorreu após a intervenção político-sindical do secretário-geral da UGT, com os Hi-Fi Energy Music (Viseu), houve uma arruada de bombos e tambores com os zés pereiras de Tevas “Os Parentes” e uma arruada de gaitas de foles com o grupo feminino “Girafoles”.



No palco atuaram a tuna do polo do Crato da Escola Profissional Agostinho Roseta e o Coro Mozart.

No interior do pavilhão, muitos insufláveis e um trampolim de saltos. Ali se realizou também a 13.ª jornada do torneio do Clube de Xadrez da UGT/Viseu. De resto, aquela modalidade mereceu destaque, uma vez que um tabuleiro gigante de xadrez espontâneo concitou a curiosidade dos milhares de manifestantes, ao mesmo tempo que decorria o ensino livre de xadrez.

Por fim, uma referência para a realização de pinturas artísticas ao vivo sobre o 1.º de Maio. ■



... E a contratação coletiva começa a ver luz

O ponto da situação na revisão do ACT do setor bancário, o avanço nas negociações no setor segurador e o sindicato único estiveram em análise na reunião do secretariado, que se congratulou ainda com a aceitação por parte da UGT do documento sobre sindicalização

Texto | Pedro Gabriel

A reunião do Secretariado da Febase realizou-se em Lisboa, no dia 27 de abril, tendo começado, como habitualmente, pela aprovação e assinatura da ata da reunião anterior.

O segundo ponto da ordem de trabalhos dizia respeito à contratação coletiva, com o coordenador do grupo negociador da Febase, a fazer o ponto da situação relativo ao setor bancário.

Paulo Alexandre mostrou-se surpreso e apreensivo com o facto de o grupo negociador das instituições de crédito ter suspenso a reunião que estava inicialmente marcada para 26 de abril. Por causa desta situação, a evolução das negociações acabou por ser nula, não havendo grandes novidades em relação ao apresentado no último Secretariado.

ATIVIDADE SINDICAL

Quatro grandes matérias continuam por resolver com o grupo negociador das instituições de crédito.

Relativamente ao exercício da atividade sindical, é intenção da Febase que cada Sindicato disponha, globalmente

e em cada instituição, para desempenho de cargos nos órgãos estatutários, de um número de trabalhadores suficiente para defender os direitos dos trabalhadores. O grupo negociador das instituições de crédito não põe em causa esse princípio, havendo entendimento entre as partes de que o número de bancários adstrito à atividade sindical deverá ser superior ao estabelecido no Código do Trabalho. No entanto, continua em discordância quantos trabalhadores a tempo inteiro ou com crédito de horas deverá ser estabelecido face aos trabalhadores representados por um sindicato.

SAMS

Já no n.º 1 da cláusula 80.ª, relativa ao sistema de saúde para os trabalhadores bancários, Paulo Alexandre revelou que a nova redação do texto encontra-se confusa, sendo necessária a clarificação de alguns pontos antes de fechar esta matéria.

O grupo negociador das instituições de crédito pretendia, na sua proposta inicial, manter a redação em vigor e há muito desatualizada – ou seja, que a assistência médica é assegurada pelo SAMS enquanto não se verifique a integração dos trabalhadores bancários no Sistema Nacional de Saúde (SNS) – hipótese liminarmente rejeitada pelo grupo negociador da Febase. As partes já chegaram a acordo de princípio sobre a inadequação desta formulação, considerando completamente desajustado fazer depender o SAMS do SNS, sendo agora importante esclarecer o texto acordado.

AValiação POR Mérito

Na mesma situação encontra-se o clausulado relativo à avaliação por mérito, que as instituições não pretendiam incluir no ACT.

- A Febase deixou bem claro a necessidade de estabelecer parâmetros numa matéria tão importante para a progressão na carreira, tanto mais que foi já acordado, em princípio, o fim dos automatismos nesta questão.

O grupo negociador das instituições de crédito tem insistido em limitar a dimensão da proposta da Federação neste tema. Nenhuma das partes se mostra disposta a ceder, razão porque ainda não houve um entendimento.

Por último, o mês da entrada em vigor permanece uma incógnita, estando dependente da data da assinatura do acordo.

ACT SEGURADOR

No setor dos seguros, coube a António Carlos fazer o ponto da situação relativamente à contratação coletiva.

O presidente do SISEP informou que estão em curso os atos preparatórios para que mais duas instituições assinem a convenção coletiva, sendo apenas uma questão de tempo para que este processo fique concluído.

Ainda no que diz respeito à contratação coletiva, António Carlos revelou que já foram marcadas as reuniões iniciais com o grupo Axa, no sentido de ser assinado o Acordo de Empresa.

Por concluir estão as negociações com a APROSE para a assinatura de um Contrato Coletivo de Trabalho, com o pre-



sidente do SISEP a lamentar que ainda não tenha chegado qualquer proposta por parte daquela associação.

Os membros do Secretariado mostraram-se agradados pelo facto de a contratação coletiva no setor se encontrar bem encaminhada.

Por fim, no ponto da Ordem de Trabalhos relativo a informações, o Secretariado foi informado da aceitação pela UGT do documento da Febase sobre discriminação positiva de trabalhadores sindicalizados (ver caixa).

Foi dado conhecimento de um protocolo efetuado com a Remax, com ofertas especiais na área imobiliária. O projeto dos protocolos continua a crescer e a trazer mais parcerias no âmbito da Federação. ■

Combater dessindicalização



UGT acolheu com agrado a proposta da Federação relativa à discriminação positiva entre trabalhadores sindicalizados e não sindicalizados

No ponto relativo a informações, Carlos Marques deu conta ao Secretariado dos resultados do documento aprovado na última reunião e que foi remetido à UGT.

O secretário-geral da Febase informou que o documento sobre uma discriminação positiva entre trabalhadores sindicalizados e não sindicalizados foi bem acolhida pelo líder da UGT, tendo Carlos Silva feito referência ao mesmo nas suas últimas intervenções públicas.

Recorde-se que nele a Federação pretendia que a central sindical encetasse, em sede de concertação social, a negociação de uma discriminação positiva entre trabalhadores sindicalizados e não sindicalizados.

“A Febase não pode ficar indiferente à opinião de muitos e muitos trabalhadores sindicalizados, manifestando contrariedade pelo facto de os não sindicalizados serem igualmente abrangidos por convenções coletivas negociadas e subscritas pelos sindicatos”, pode ler-se no documento.

O texto refere ainda:

- O desencorajamento à sindicalização inerente ao paradigma referido, com efeito nos Sindicatos que compõem a Febase, mas certamente em muitos outros.

- Que são os trabalhadores sindicalizados, através da quotização, que suportam os encargos sindicais, nomeadamente os que são afetos à negociação coletiva.
- Que os trabalhadores não sindicalizados, que em nada contribuem para a existência dos sindicatos, beneficiam, não obstante, diretamente de direitos e de regalias que são suportados exclusivamente pelos sindicalizados.
- Que as medidas legislativas existentes, em sede de Código do Trabalho ou de incidência fiscal, pecam por timoratas, pouco diferenciadoras e até de aplicabilidade duvidosa e mesmo potenciais motivadoras de dessindicalização, pelo carácter voluntário de que se revestem, nomeadamente as que brotam do Código do Trabalho.
- A inexistência de qualquer tipo de apoio público aos sindicatos, pelo papel que desempenham na negociação coletiva e na participação cívica no elevar da cidadania e no primado da democracia.

SINDICATO ÚNICO: ESTATUTOS QUASE APROVADOS

Da ordem de trabalhos constava também um ponto sobre o sindicato único. Delmiro Carreira, coordenador da Comissão de Estatutos que se encontra a elaborar o projeto, revelou que não houve praticamente avanços significativos desde a última reunião afirmando, no entanto, que a aprovação da generalidade dos artigos está praticamente concluída.

Em aberto estão ainda vários aspetos relacionados com o ponto de vista fiscal e que são relevantes para a constituição da nova organização.

Em relação a este tema, foram várias as vozes que se fizeram ouvir, nomeadamente a do Vice-Presidente do SBSI, no sentido de apelar à rápida resolução deste processo e para que não se deixe cair um projeto que é essencial para melhorar a defesa dos direitos dos trabalhadores do setor financeiro.

Carlos Marques revelou que o secretário-geral da central, Carlos Silva, acolheu bem a ideia tendo mesmo feito referência a esta temática nas suas últimas intervenções, quer nos órgãos sindicais quer na própria comunicação social. ■

Feriados nacionais repostos

Os quatro feriados nacionais retirados em 2013, dois civis e dois religiosos, foram repostos pela Lei n.º 8/16, de 1 de abril

Textos | Inês F. Neto

Trés anos depois de os portugueses terem perdido quatro dias de descanso, a Lei veio repor os feriados religiosos do Corpo de Deus (60 dias após a Páscoa) e Dia de Todos os Santos (1 de novembro), bem como as celebrações civis da Implantação da República (5 de outubro) e Restauração da Independência (1 de dezembro).

Recorde-se que a retirada destes dias do calendário nacional de feriados durante a anterior legislatura teve como argumento a necessidade de mais trabalho para o País sair da crise.

Com a mudança de governo, em janeiro o Parlamento aprovou o regresso das festividades civis, com os votos favoráveis do PS, PCP, BE, PEV e PAN.

Já a reposição dos feriados religiosos não foi feita pela Assembleia da República mas através da negociação entre o Estado português e a Santa Sé, conduzida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Neste caso, tratou-se de antecipar em um ano a reposição, já que nos termos então acordados a partir de 1 de janeiro de 2017 os feriados religiosos seriam retomados ou reexaminados.

Para assinalar o regresso dos feriados – e depois da promulgação pelo Presidente da República –, o Primeiro-Ministro realizou uma sessão a que chamou Cerimónia de Referenda, na qual assinou formalmente a lei.



Na ocasião, António Costa considerou que "há valores permanentes acima das conveniências conjunturais" e a "História, a memória, a cultura e a identidade de Portugal não são valores efêmeros, dispensáveis, instrumentais ou secundários que possam ser depreciados, transacionados ou esquecidos em nome de considerações circunstanciais ou de propósitos imediatistas ou utilitaristas."

Assim, desde 1 de abril, são feriados obrigatórios os dias:

- 1 de janeiro
- Sexta-Feira Santa
- Domingo de Páscoa
- 25 de abril
- 1 de maio
- Corpo de Deus
- 10 de junho
- 15 de agosto
- 5 de outubro
- 1 de novembro
- 1 de dezembro
- 8 de dezembro
- 25 de dezembro. ■



Acordo de Empresa da AGEAS

Negociações já começaram



O ACT da Atividade Seguradora é a base de partida para a proposta sindical dos Sindicatos da Febase e a contraproposta da ex-AXA é semelhante em cerca de 90% ao conteúdo do convénio

Texto | José Luís Pais

O Grupo AXA entendeu, na ocasião, não aderir ao recente Acordo Coletivo de Trabalho negociado pelos Sindicatos da Febase da atividade seguradora (STAS e SISEP). Este facto traduziu-se na vontade expressa da seguradora de negociar um Acordo de Empresa (AE).

E assim deu-se início ao processo de negociação, na sequência do envio de duas propostas de celebração de Acordo de Empresa, as quais foram apresentadas, respetivamente pela Febase e por um outro sindicato.

Posteriormente, a empresa remeteu a sua contraproposta e deste modo iniciou-se formalmente, no dia 29 de

abril, a negociação com a AGEAS (ex-AXA) para um Acordo de Empresa, estando representados a Febase e o outro sindicato.

Como estruturas sindicais responsáveis que são e que elegem a negociação coletiva como a via mais adequada para se estabelecerem relações de trabalho transparentes e duradouras, inibidora de focos de tensão e conflitualidade no seio das empresas, os Sindicatos da Febase estão neste processo, por direito próprio, procurando alcançar para os seus representados o melhor Acordo de Empresa possível.

BENEFÍCIOS SOCIAIS

Inevitavelmente, o recente Acordo Coletivo de Trabalho serviu de base à proposta de AE para a AGEAS e a contraproposta que entretanto tinha sido apresentada pela empresa é semelhante em cerca de 90% ao conteúdo do referido convénio.

A Febase procurará, com determinação, concretizar um AE em que também se reflitam os benefícios sociais que a empresa atribui aos seus colaboradores.

Esta primeira reunião foi concluída com comentários à contraproposta, tendo então ficado logo agendada a reunião seguinte para dia 11 de maio. ►

Países da CPLP prometem cooperação

Líderes sindicais de vários países da CPLP reuniram-se em São Paulo para debater os problemas que afligem os trabalhadores do setor financeiro. O encontro ficou ainda marcado pela assinatura de uma carta de princípios

Texto | Pedro Gabriel



O II Fórum de Sindicatos do Setor Financeiro da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) teve lugar no fim-de-semana de 2 e 3 de abril, reunindo líderes sindicais oriundos do Brasil, Angola, Moçambique, Portugal, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. O SBSI e o SBN foram os representantes portugueses.

Ao longo da sessão de trabalhos, os participantes tiveram a oportunidade de ficar a conhecer melhor a situação atual vivida não só localmente como também nos restantes países, com especial incidência nos que falam português.

À semelhança do ocorrido no primeiro Fórum, também em São Paulo se apelou para a necessidade de estabelecer contacto com os sindicatos de Timor-Leste, Guiné-Bissau e Guiné Equatorial, para que eles possam igualmente fazer parte do debate.

Após dois dias de intenso trabalho, os líderes sindicais regressaram aos seus países com a tarefa de continuar a olhar para as dificuldades dos trabalhadores do setor financeiro

comprometendo-se a não deixar de lutar por mais e melhores direitos.

ALIANÇA

Durante o Fórum, foram criados três grupos de trabalho que debateram os objetivos da entretanto renomeada Rede Sindical CPLP Finanças.

Os três grupos debruçaram-se sobre os Estatutos e Regulamento Interno, Informação e Comunicação e Formação.

Os líderes sindicais decidiram intensificar a troca de informações e experiências, bem como cooperação entre os sindicatos do setor financeiro, a promoção da formação de ativos e o combate a todas as formas de xenofobia, racismo e discriminação, entre outras. Ainda no decorrer do encontro, os representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe manifestaram-se, de forma unânime, contra a tentativa de golpe de Estado no Brasil. ▀

CARTA DE PRINCÍPIOS

A Rede Sindical CPLP Finanças tem como objetivo principal a luta pela defesa dos trabalhadores, visando construir um processo de solidariedade internacional. Terá um coordenador e um vice-coordenador, com mandatos bianuais e rotativos, respeitando a ordem alfabética dos países membros. Os objetivos constantes na Carta de Princípios são:

- Promover o intercâmbio, troca de experiências e organização dos países da CPLP;
- Intensificar a cooperação entre os sindicatos do setor financeiro, nos domínios económico, social, cultural, jurídico e técnico-científico;
- Promover ações que visem a internacionalização da Língua Portuguesa como língua de trabalho nas organizações internacionais;
- Aprofundar a cooperação no domínio da assistência médica e medicamentosa com os sindicatos e países que possuam sistema complementar de saúde;
- Promover ações de formação direcionadas à capacitação e potencialização dos dirigentes sindicais, de conhecimentos e técnicas apropriadas para o exercício de atividade sindical;
- Promover, defender e combater todas as formas de xenofobia, racismo e discriminação que possam afetar a coesão da classe;
- Promover contatos e o intercâmbio de experiências entre os sindicatos, dirigentes sindicais e funcionários;
- Organizar ações de cooperação e solidariedade entre os sindicatos nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;
- Estabelecer cooperação no domínio da comunicação, no que diz respeito a partilha de informações pertinentes da atividade sindical;
- Estabelecer, por via das redes sociais e jornais, uma comunicação direta entre os sindicatos.

BST exclui despedimento coletivo



A administração do Santander Totta garantiu aos Sindicatos da Febase que rejeita qualquer hipótese de despedimento coletivo no banco

Os Sindicatos da Febase reuniram-se ao final da manhã de dia 15 de abril com a administração do Banco Santander Totta (BST). O encontro, solicitado pela Federação, teve como objetivo analisar a situação dos trabalhadores face à compra do ex-Banif.

Perante as notícias divulgadas sobre o Santander em Espanha, os Sindicatos quiseram saber como a situação do grupo no país vizinho poderia ter consequências em Portugal.

A administração do BST foi clara ao afirmar que não está na sua perspetiva efetuar qualquer despedimento coletivo em Portugal. Até porque, adiantou, o BST funciona autonomamente do grupo em Espanha. No entanto, vai prosseguir o processo de reestruturação da instituição, nos moldes em que tem decorrido nos últimos anos.

QUADRO ÚNICO

Relativamente aos trabalhadores oriundos do ex-Banif, estes pertencem já ao quadro do Santander Totta e como tal são tratados.

Por outro lado, a administração admitiu a possibilidade de que, embora pontualmente, o banco possa vir a contratar alguns trabalhadores da empresa-veículo Oitante, cujas competências sejam úteis à instituição.

Os associados podem contar com os Sindicatos da Febase para defendê-los.

Em qualquer situação ou perante qualquer dúvida, os serviços jurídicos respetivos estão sempre disponíveis para prestar o apoio necessário. ■

Bankinter pretende aderir ao ACT

Os responsáveis do banco espanhol em Portugal manifestaram à Febase a sua intenção de que a instituição subscreva o ACT atualmente em negociação

Por solicitação do Bankinter, os três Sindicatos dos Bancários da Febase reuniram-se no dia 13 de abril com os administradores do banco em Portugal.

O objetivo da reunião foi apresentar o grupo espanhol e a sua estratégia para Portugal, realçando a relevância que o banco presta à relação com os trabalhadores e os sindicatos.

A Febase congratulou-se com essa posição, sublinhando ambicionar que ela produza efeitos e os resultados sejam frutuosos para todas as partes. Nesse sentido, manifestou a sua disponibilidade para analisar em conjunto qualquer assunto relacionado com os trabalhadores.

Os Sindicatos aproveitaram a ocasião para defender a importância de o Bankinter subscrever o ACT do setor ban-



cário atualmente em fase final de negociações, ao que os responsáveis do banco manifestaram a sua intenção de fazê-lo após o final do processo negocial.

Recorde-se que o Bankinter comprou ao Barclays a operação a retalho em Portugal (área comercial), o que implicou a manutenção de todos os trabalhadores adstritos aos balcões e os que asseguram as operações de back-office associados ao negócio. ■

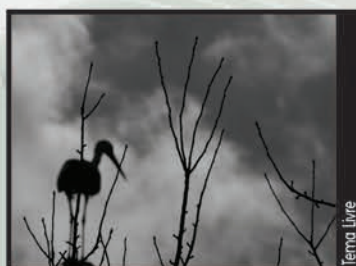


CONCURSO FOTO FEBASE

Fotos apuradas no mês de abril



"Relíquias"
José Barreiro



"Cegonha"
Jorge Alves



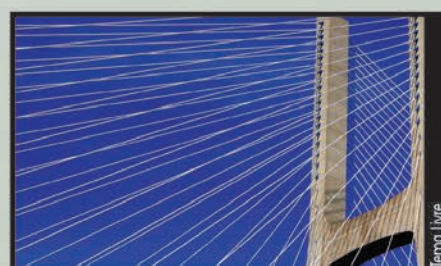
"Projeto Lunar"
José António Guimarães



"Resgatado"
Cristina Mestre



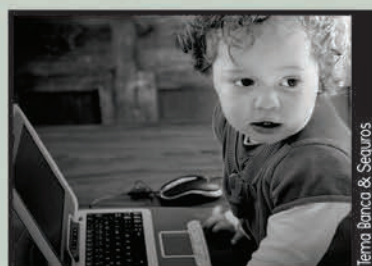
"Gêmeas"
Juvenal Candeias



"Tecendo"
António Antunes



"Pensamentos"
Paula Forreta



"O futuro"
Cristina Mestre



"Farol guia"
João Sales



"Ex-libris"
Carlos Santos



"ET???"
José Pinto



"Aurora"
Aires Pereira



A prestação de trabalho e a pluralidade

O regime veio flexibilizar a mobilidade dos trabalhadores no seio do grupo económico a que pertencem. Mas obriga a que se verifiquem cumulativamente alguns requisitos

Texto | Carla Mirra*

O contrato de trabalho com pluralidade de empregadores está previsto no artigo 101.º do Código do Trabalho de 2009, tendo resultado de uma inovação introduzida pelo Código do Trabalho de 2003 (artigo 92.º). Apesar de em 2003 se tratar de um regime novo no campo legislativo, não se tratou efetivamente de um regime inovador no campo das relações laborais, dado existirem já determinadas situações práticas em que se assistia a essa solução.

Antes da entrada em vigor do Código do Trabalho de 2003, a circulação de trabalhadores num determinado grupo empresarial-económico só era permitida através do instituto da cedência ocasional de trabalhadores ou até da cessão da posição contratual.

OUTROS INSTITUTOS

No entanto, enquanto a cedência ocasional pressupõe a modificação temporária da relação laboral (a cedência ocasional de trabalhadores consiste na disponibilização temporária de trabalhador, pelo empregador, para prestar trabalho a outra entidade, a cujo poder de direção aquele fica sujeito, mantendo-se o vínculo inicial), e a cessão da posição contratual a alteração definitiva (o empregador pode transmitir a terceiro a sua posição contratual, desde que o trabalhador consinta nessa transmissão), o regime da pluralidade de empregadores supõe antes o cumprimento do contrato através da prestação subordinada do trabalhador a vários empregadores.

Desta forma, pretendeu-se flexibilizar a mobilidade dos trabalhadores no seio do grupo económico a que aqueles pertencem. Neste sentido, dispõe o n.º 1 do artigo 101.º do Código do Trabalho: “O trabalhador pode obrigar-se a prestar trabalho a vários empregadores entre os quais exista uma relação societária de participações recíprocas, de domínio ou de grupo, ou que tenham estruturas organizativas comuns”.

REQUISITOS

Assim sendo, a situação de pluralidade de empregadores ocorre quando o trabalhador se obriga a prestar trabalho a



- Deverão ainda estar identificados todos os empregadores, sejam eles em nome individual ou sociedades, por forma a ficar claramente delimitado o círculo de beneficiários da respetiva atividade laboral;

- Finalmente, deverá ser identificado o empregador que representa os demais no cumprimento dos deveres e no exercício dos direitos emergentes do contrato de trabalho.

Caberá, na prática, a este representante comum processar e pagar a retribuição devida, inscrever o trabalhador na Segurança Social, processar e entregar os respetivos descontos, incluí-lo no mapa de pessoal e no balanço social, exercer o poder disciplinar, e em suma, satisfazer todas as obrigações inerentes à posição de empregador, sem prejuízo da responsabilidade solidária prevista no n.º 3 do mesmo artigo 101.º, conforme adiante se referirá.

INCUMPRIMENTO

Verificada a violação dos requisitos estipulados, bem como do n.º 1 do artigo 101.º atrás transcrito, é conferido ao trabalhador o direito de optar, a qualquer momento, pelo empregador ao qual fica unicamente vinculado, o que, por razões de certeza e segurança, deverá fazer por escrito, entregando tal comunicação a cada um dos empregadores, uma vez que para tal comunicação se tornar eficaz, é necessário que chegue ao conhecimento de cada um deles.

Nesta temática cumpre ainda realçar que qualquer dos empregadores responde solidariamente pelo cumprimento integral das obrigações decorrentes do contrato de trabalho perante o trabalhador ou perante terceiros a quem

lidade de empregadores



vários empregadores a) entre os quais exista uma relação societária de participações recíprocas, de domínio ou de grupo, ou b) que mantenham estruturas organizativas comuns, independentemente da natureza societária, desde que, num caso e noutro se verifiquem cumulativamente os seguintes três requisitos:

- Em primeiro lugar, o contrato deverá constar de documento escrito, no qual se estipule a atividade a que o trabalhador se obriga, o local e o respetivo período normal de trabalho;

aquelas legitimamente tenham sido transmitidas, nos termos do n.º 3 do artigo 101.º. Procura-se, deste modo, acautelar os interesses e direitos do trabalhador, dado que este poderá exigir a qualquer um dos empregadores o cumprimento integral da obrigação em falta, independentemente de ter prestado ou não o seu serviço àquele que pretende demandar.

Finalmente, vindo a cessar a situação de prestação a pluralidade de empregadores, o trabalhador fica apenas vinculado ao empregador designado como representante dos demais no contrato, exceto acordo expresse em contrário.

SINDICATOS ATENTOS

Na verdade, a legislação e a prática laboral têm desenvolvido modelos contratuais para fazer face às formas cada vez mais complexas e diversificadas de organização empresarial. Esta figura é mais um exemplo dessa mesma realidade.

Na prática, caberá uma análise e ponderação atempadas do modelo contratual mais adequado às necessidades empresariais e aos trabalhadores.

Caberá às estruturas sindicais estarem atentas aos modelos contratuais adotados, bem como às condições disponibilizadas em cada momento aos trabalhadores. ■

**Advogada do STAS*

O programa da Federação foi alargado a todo o País e aos sócios dos cinco Sindicatos. A ecopista do rio Minho, entre Valença e Monção, foi o local escolhido para iniciar o âmbito nacional

Texto | Francisco José Oliveira



Caminhadas Febase chegam ao norte

A primeira Caminhada Febase no norte do País realizou-se no dia 19 de março de 2016, com a presença de 44 pessoas (35 bancários e nove acompanhantes) na ecopista do Rio Minho, entre Valença e Monção, no distrito de Viana do Castelo.

A ecopista do Rio Minho resulta da transformação da antiga linha férrea que ligava Monção a Valença e que foi desativada em 1989. Inaugurada em 2004, tem atualmente uma extensão total de 24 quilómetros, que permite a circulação pedonal, ciclista ou equestre. Ao longo do percurso estão disponíveis diversos painéis interpretativos, com informação sobre a fauna e a flora da região e ainda um local recatado para observação de aves, numa zona de transição entre a Veiga de Lapela e Friestas.

Os participantes concentraram-se no Portal do Castro, à saída de Valença, onde, após um briefing e distribuição de abastecimento, começaram a caminhada, num total de oito quilómetros, num percurso entre campos agrícolas e o rio Minho, com paisagens deslumbrantes e um tempo agradável.

PAISAGEM...

Foram surpreendidos com diversas panorâmicas do rio, das embarcações tradicionais, da labuta dos pescadores, da margem galega e de algumas pesqueiras – pequenas construções antigas, de pedra –, das ínsuas e veiga que remetem ao bucolismo fluvial.

Em Troporiz, freguesia onde o rio Gadanha encontra o "Pai Minho", como gentilmente os galegos tratam o rio Minho, o habitat da lontra, os caminhadores encontraram um verdadeiro postal, ilustrado com a magnífica beleza paisagística do rio, perpetuado nas histórias tempestuosas de dois povos que a política dividiu e a amizade uniu.

Sempre paralelo e muito próximo do rio Minho, o percurso caracteriza-se por ser amplo, de dificuldade baixa e sem grandes desníveis, pois trata-se de uma antiga linha ferroviária.

A sombra que é proporcionada pelos diversos carvalhos e por outras árvores, torna a caminhada numa experiência de natureza inesquecível que, sempre que se desejar, se poderá repetir, seja a pé, de bicicleta, ou até de patins.

... E HISTÓRIA

No decorrer da ecopista, podem ser observados diversos pontos de interesse, como o Portal do Crasto, a Torre de Menagem de Lapela (classificada como monumento nacional desde 1910), a ponte metálica sobre o rio Manco (a primeira deste modelo a ser construída em Portugal), o Adro Velho de Verdoejo (cemitério medieval), o Convento de Ganfei (mosteiro beneditino) e, naturalmente, a paisagem verde e exuberante que é digna de ser registada pelas máquinas fotográficas.

Podem ainda ser visitadas as Termas de Monção que, além dos tratamentos terapêuticos tradicionais, disponibilizam um conjunto de programas específicos de bem-estar termal.

Após a caminhada foi servido um almoço num restaurante, onde foi saboreada a renomada vitela de Monção.

No regresso ao Porto, foi visitada a Quinta de Santiago e feita uma prova do característico vinho Alvarinho daquela região, produzido na mesma quinta. ▀



ACE do BBVA vai subscrever ACT

Os trabalhadores da informática que aceitem o acordo tripartido com o banco e o ACE manterão as regalias do ACT, pois o Agrupamento subscreverá a convenção coletiva. A proposta foi do SBSI e o BBVA aceitou



A Direção do SBSI reuniu-se com o BBVA no dia 13 de abril para obter esclarecimentos sobre o “contrato de trabalho tripartido” que o banco estava a apresentar aos trabalhadores da informática, propondo-lhes que suspendessem o seu contrato de trabalho e celebrassem novo contrato com o Agrupamento Complementar de Empresas (ACE).

Na reunião, o SBSI defendeu que o ACE deveria aderir ao ACT, por forma a serem assegurados todos os direitos que nele constam, nomeadamente no que respeita à segurança social, ao SAMS, horários de trabalho, transferências de local de trabalho e deslocações.

O BBVA informou o Sindicato que o ACE ainda estava a ser constituído, e assumiu o compromisso de que o Agrupamento pedirá

a adesão ao ACT. Só após esta concretização é que serão realizados os contratos entre BBVA – ACE – Trabalhadores, prevendo o banco que tal acontecerá no início de junho.

Os sócios do SBSI podem continuar a contar com o apoio e empenho da Direção na defesa dos seus interesses e, nomeadamente, na manutenção dos postos de trabalho. ■



O Encontro de Jovens Bancários deste ano aproxima-se. As inscrições ainda estão abertas

Encontro anual

Refletir sobre os jovens na banca

“Os jovens na reestruturação da banca” é o tema escolhido para o Encontro de Jovens de 2016, que se realiza de 3 a 5 de junho, no Vimeiro.

Num período em que a banca sofre uma profunda mudança a vários níveis, e sobretudo no que diz respeito aos quadros de efetivos, a Comissão de Juventude elegeu para debate e reflexão uma matéria de enorme atualidade e relevância.

Sendo os bancários mais novos muito afetados pelas reestruturações – quer pela falta de efetividade dos contratos, quer pelas propostas de rescisão –, o Encontro assume uma imensa importância ao possibilitar a dezenas de associados o debate sobre um tema de elevado interesse para a sua vida profissional.

Tal como os anteriores, este Encontro é também uma forma de fomentar o convívio e troca de experiências.

Quem deseja participar mas não confirmou o seu interesse, ainda vai a tempo: as inscrições estão abertas mais alguns dias.

Para o SBSI, a defesa e apoio dos associados mais novos é uma preocupação constante. Os jovens merecem uma atenção especial, de forma a poder acompanhar de forma específica as suas inquietações e anseios, vertidos para o interior da organização através da Comissão de Juventude.

Para muitos, estes encontros foram o primeiro contacto com um Sindicato. E o papel do SBSI vai muito além do habitual: cumprindo a função prioritária de resolver problemas laborais dos sócios, reivindicar e negociar convenções de trabalho, oferece também um variado conjunto de serviços, da formação à saúde e aos tempos livres, não esquecendo o acompanhamento jurídico. ■



Pesca de Mar

João Agualusa vence em Porto Covo

A primeira prova do Regional de Pesca de Mar contou com a participação de 46 concorrentes. Millennium A vence coletivamente

Este ano, a estreia dos Encontros Interbancários de Pesca de Mar aconteceu em Porto Covo, no dia 16 de abril.

João Agualusa (GDST) foi o melhor classificado, conseguindo 20.920 gramas. José Dias (Primestar) terminou na segunda posição, com 16.780 gramas, enquanto António Sousa (Millennium bcp) conseguiu o terceiro posto, com 15.900 gramas.



Além da vitória, o concorrente pescou o maior exemplar

José Costa (Novo Banco), com 13.080 gramas, e Paulo Pais (Millennium bcp), com 13.040, foram quarto e quinto classificados, respetivamente.

De referir que, além da vitória na prova, João Agualusa pescou o exemplar mais robusto do dia, um sargo de 1.460 gramas.

MILLENNIUM A MAIS FELIZ

Coletivamente, a vitória sorriu ao Millennium A – composto por António Sousa, Paulo Pais, António Abreu e António Marques –, que alcançou 34 pontos no total.

O GDST (João Agualusa, Daniel Morais, Octávio Gomes e António Margarido) foi segundo, com 49 pontos, enquanto o Novo Banco, com José Costa, Alberto Costa, Ricardo Pernes e Pedro Lemos, conseguiu a terceira posição, com 52.

Dia 21 de maio realiza-se a final do Sul e Ilhas, em Peniche. ▶

Snooker

João Chumbinho é campeão



O fim-de-semana de 9 e 10 de abril também conheceu a final do Sul e Ilhas de Snooker.

Em Alcochete, João Chumbinho (CCAM) sagrou-se campeão após bater, no derradeiro jogo, João Salgadinho (CCAM).

João Fonseca (Millennium bcp) foi terceiro, depois de vencer Rui Sousa (B. Popular), enquanto Rui Gonçalves (CCAM) terminou na quinta posição.

Laurent Teixeira (BNP Paribas) foi sexto. ▶



Visita à vila da Moita

Uma incursão pela vila histórica e um passeio fluvial durante a tarde são razões mais que suficientes para não perder esta viagem

O Pelouro dos Tempos Livres preparou uma viagem pelo património histórico e cultural da Moita. O passeio realiza-se no dia 5 de junho, às 10h00, e destina-se a sócios do SBSI e respetivos familiares.

A concentração será na Praça da República, em frente ao edifício da Câmara Municipal, onde a visita começa pelo núcleo histórico

Bancários organizam **convívios**

Por iniciativa dos sócios, uma série de confraternizações têm sido promovidas, com o objetivo de rever antigos colegas. Eis algumas iniciativas

BANCO VISEENSE

O Banco Agrícola e Industrial Viseense (BAIV), com sede em Viseu, foi fundado em 1878 e 90 anos depois agregado à Casa Piano, uma das antigas casas de câmbios da Rua do Ouro, até ser integrado no Crédito Predial Português em dezembro de 1976.

Pelo BAIV passaram mais de 300 bancários e muitas amizades duram desde então. De tal modo que, no passado dia 16 de abril e por iniciativa de uns tantos, foram mais de 70 os que participaram num almoço de confraternização, que teve lugar num restaurante dos arredores de Leiria.

E só não foram muitos mais por falta de contactos, um problema que deverá ser sanado no próximo ano, quando se repetir



este salutar convívio, por vontade expressa dos ali presentes, que não deixaram de lembrar os já falecidos, cumprindo um sentido minuto de recolhimento e de silêncio.

ANIVERSÁRIO DO EX-BCA

O encontro anual dos empregados do antigo Banco Comercial de Angola realiza-se no dia 28 de maio, no restaurante Vitória, em Fátima, com receção de boas-vindas a partir das 11h30 e almoço às 13h00. Este ano, a instituição bancária comemora o seu 60.º aniversário.

O preço é de 25€ por adulto e de 10€ para crianças dos 5 aos 10 anos sendo que a ementa é composta por várias entradas, dois pratos – carne (lombo de porco assado) e peixe (bacalhau à casa) –, sobremesas, bebidas e café. No caso do prato de carne, haverá uma alternativa de dieta (tranches de vitela), devendo os interessados fazer a sua escolha aquando da inscrição.

Por volta das 16h30 será servido o bolo de aniversário onde não faltará um brinde com espumante.

A Comissão Organizadora convida todos os interessados a apresentar uma obra musical, literária ou fotográfica que queiram dar a conhecer aos seus colegas ou ainda a partilhar histórias que tenham sido marcantes na carreira profissional.

As inscrições devem ser feitas, imprimevelmente, até ao dia 22 de maio, utilizando os seguintes contactos: Ilda Simões – 913 818 115 / 212 681 265 / ildabox@sapo.pt; Carlos Almeida (Chilocas) – 968 168 079; Maria Paulina Martins – 914 107 451.

CONTABILIDADE DO CCP

Desde o início dos anos setenta, os quadros da Direção da Contabilidade do antigo Crédito Predial Português (CPP) integraram algumas dezenas de bancários, até que a Instituição, então com mais de 130 anos de existência, foi absorvida pelo Totta, primeiro, e pelo Santander depois, em 2001.

Contudo, as amizades não se esquecem e muitos desses bancários – todos os interessados em as reforçar – vão reunir-se num almoço de confraternização, que terá lugar em 21 de maio, no Restaurante “Baleal”, na Rua da Madalena, em plena Baixa de Lisboa.

É importante que funcione o “passa palavra”, para que seja possível reunir o maior número de presenças. As inscrições devem ser feitas quanto antes, para os seguintes contactos: Fernanda Nery – 962 923 504, ou Rui Santos – 919 723 986. Mas só serão consideradas válidas após o pagamento do custo do almoço, que será indicado no momento da inscrição, bem como o NIB para a efetivação da respetiva transferência bancária. ▶

da Moita: a Coleção Régia no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem, o Altar de Nossa Senhora da Piedade, o Portal Manuelino e o cais da Moita. O almoço será por volta das 12h00.

Da parte da tarde, nada melhor do que fazer um passeio fluvial, a bordo do varino “O Boa Viagem”, onde se ficará a conhecer a vila através de uma perspetiva diferente.

O preço é de 25€ para sócios, 30€ para familiares e 12,5€ para crianças dos 6 aos 11 anos. Até aos 5 anos, o custo é gratuito.

O limite máximo é de 40 pessoas, sendo as inscrições contabilizadas por ordem de chegada.

As inscrições podem ser feitas através do e-mail administrativa@sbsi.pt ou presencialmente e o pagamento efetuado na Secção Administrativa ou por transferência bancária para o NIB 000700230009812000925, com envio de comprovativo para: administrativa@sbsi.pt ou por fax: 213216185.

Para mais informações e esclarecimentos utilize os seguintes contactos: 21 321 60 21/22. ▶



O caminho para o futuro na Futurália

A iniciativa é um nicho estranho, um confronto de realidades opostas onde o casual e o profissional se encontram

Texto | Diogo S. Tavares

Deixo-lhe a conhecer caro leitor, que foi encerrada com sucesso em meados de março mais uma edição da Futurália, um destaque para a promoção do emprego, qualificação e formação dos jovens do nosso País. Durante quatro dias, o pavilhão da FIL foi visitado por um número recorde de visitantes, com um total de 79 mil a marcar presença na feira. Para quem compareceu, a Futurália foi uma excelente oportunidade para o networking laboral, para a divulgação de entidades formadoras e empregadores e para os jovens à procura de oportunidades de emprego também.

A Futurália é um nicho estranho, um confronto de realidades opostas onde o casual e o profissional se encontram. É que, por um lado, a procura de uma car-

reira é um assunto sem dúvida sério, onde é esperado que todos os envolvidos tenham uma posição rígida, séria e de elevado profissionalismo.

Existem regras não escritas de etiqueta e comportamento nas entrelinhas do mundo laboral, e muitas delas começam ou acabam com o guarda-roupa, e os icónicos fato e gravata.

Mas, por outro lado, esta é uma feira de trabalho para jovens, jovens estes que estão na fase da moratória e usufruem de uma certa tolerância nos seus comportamentos, visto a sua falta de experiência de vida e a não coalescência da sua identidade enquanto jovens adultos conferem-lhes este estatuto especial, para as suas aprendizagens e não só. Ainda vai chegar o dia que estes jovens vão lembrar-se com saudade este período da sua vida, onde usufruem todos os privilégios e liberdades de ser adulto, mas nenhuma das responsabilidades.

Lado a lado das bancadas de entidades à procura de jovens recrutas e de instituições de ensino superior estavam palcos de animação cultural, bandas musicais e movimentos jovens com jogos, passatempos e atividades, tudo isto para cativar o público-alvo da feira.

É fascinante observar este degradé etário de tão perto, e neste ponto de vista, ver as motivações que levaram estes jovens

a visitar esta feira e a necessidade destes atrativos todos.

Perguntei casualmente a alguns destes jovens quais são as suas expectativas e esperanças no mercado de trabalho, e muitos queixam-se da futilidade destas feiras.

São jovens que ainda não têm um rumo certo para a sua vida, muitos não sabem onde vão estar nos próximos cinco anos e poucos têm esperanças de encontrar uma carreira no futuro próximo. Uma perda de tempo, dizem eles.

E pergunto-me até que ponto estes jovens estão certos, pois as histórias de sucesso são poucas e um grande número delas passam sem ser contadas. O desemprego jovem é uma realidade triste e paira sobre os anos formativos destes jovens, com muitos a desistirem dos seus sonhos sem sequer tentar alcançá-los.

Mas às vezes é preciso arriscar, que as oportunidades são para quem as encontra. Mais que tentar, é crucial um jovem saber quais as alternativas para o seu futuro e que rumo podem tomar para colmatar a sua vida, e iniciativas como a Futurália serão sempre o primeiro passo para o futuro.

Com a Futurália atrás de nós, é com grande expectativa que olhamos para a Futurália de 2017 e o que o futuro nos reserva para a formação, creditação e recrutamento de trabalhadores jovens. ■



Conselheiros aprovam contas por unanimidade

Além do Relatório do exercício de 2015, os conselheiros elegeram os representantes do SBC ao Conselho Geral da UGT/Coimbra

Texto | Sequeira Mendes

A sessão do Conselho Geral do SBC, que se realizou a 11 de abril, foi convocada ao abrigo do Art.º 36.º dos Estatutos, para a apresentação, discussão e votação do Relatório e Contas respeitante ao exercício de 2015, nas suas vertentes SAMS/Regime Geral, SAMS/Regime Especial e Ação Sindical, terminando com a aprovação, por unanimidade, das contas de 2015. Foi ainda votada uma alteração do regimento do Conselho Geral e, ainda, foram eleitos os representantes do SBC ao Conselho Geral da UGT-Coimbra.

Embora a discussão destas vertentes tenha sido individualizada, a votação final foi feita na globalidade das três vertentes, para apresentação das contas consolidadas.

Na apresentação das contas do Regime Especial a cargo da Tesoureira Helena Carvalheiro, há a reter uma forte retração nas receitas, nomeadamente nas quotizações, nos Postos Clínicos, na Loja de Ótica e nos proveitos suplementares, tendo-se mantido as despesas ao nível do ano anterior. Referiu que o ano de 2015 registou um forte investimento nos Postos Clínicos, na ordem dos 620.000€ em obras e modernização e equipamentos.

A Tesoureira sugeriu que para o futuro se proceda a uma forte atuação ao nível dos custos e se indaguem alternativas no campo das receitas, de maneira que as



comparticipações e os benefícios aos sócios continuem.

No Regime Geral verificaram-se as mesmas preocupações que no Especial, quer nas receitas, quer nas despesas, merecendo destaque o aumento dos meios auxiliares de diagnóstico e tratamentos, resultando assim um resultado consolidado do exercício negativo face ao ano de 2014.

CONTROLAR DESPESAS

Na Ação Sindical verificou-se a tendência de quebra das quotizações, acompanhada pela queda de vendas e serviços prestados e de outros rendimentos, verificando-se que, do lado das despesas, houve um aumento em custos de mercadorias e em fornecimento de serviços externos.

Neste regime, segundo a Tesoureira, urge atuar ao nível do controlo de custos de pessoal, mercadorias vendidas e fornecimentos e serviços externos, para se continuar a política de participações em medicamentos suportadas por este regime.

O Presidente da Direção, Aníbal Ribeiro, pautou a sua intervenção no sentido de alertar para medidas que tenham que ser tomadas face à diminuição das quotizações e contribuições que se inserem na crise que assola o setor bancário com despedimentos "à la carte" e no grande investimento nos

Postos Clínicos como forma de evitar o seu encerramento por incumprimento da legislação deste setor. "Temos que produzir mais receitas para equilibrar melhor as contas e evitarmos, assim, que o equilíbrio se faça pelo lado da despesa, podendo desta maneira continuar a apoiar os associados", disse. Face aos resultados deficitários de todos os regimes, as medidas para aumentar as receitas serão avaliadas no sentido de não trazer mais encargos aos beneficiários, como é o caso dos beneficiários-titulares de outros subsistemas pagarem nos Postos Clínicos as suas consultas e, ainda, na revisão da política de acordos até agora existente.

Para colmatar estas perdas, o Presidente da Direção e coordenador dos SAMS entende que o Conselho de Gerência tudo fará para inverter estes valores deficitários cumprindo o Regulamento dos SAMS. Apresentou ainda um conjunto de medidas que terão de ser tomadas para garantir a sustentabilidade dos SAMS, numa visão de futuro. Referiu ainda que as medidas que foram aprovadas em Conselho Geral – "pagamento a título excecional dos medicamentos a 100%" – só o Conselho Geral as pode alterar. ■

SÓCIOS PODEM INTERVIR

As alterações ao Regimento do Conselho Geral foram apresentadas pelo Presidente da MAG/CG e possibilitam que os associados em geral, embora não sendo conselheiros e que queiram intervir sobre assuntos que não constem da Ordem de Trabalhos, o possam fazer, inscrevendo-se para o efeito.

Também o Conselho Geral aprovou uma proposta do Secretariado da TSS/Coimbra onde são indicados os representantes do SBC ao Congresso da UGT, que se realizou no dia 5 de maio.

Pesca de mar

Vítor Malheiros vence na Nazaré



O bom tempo e as condições perfeitas contribuíram para uma excelente prova. E estão encontrados os pescadores que representarão o SBC na final nacional da modalidade

Textos | Sequeira Mendes

A segunda prova de apuramento dos pescadores que irão representar o SBC na final nacional disputou-se na Nazaré, no dia 16 de abril.

Concretamente, a prova teve lugar nas envolventes do porto de abrigo, com muito sol, ausência de vento e mar ade-



quado, isto é, os pescadores encontraram as condições perfeitas para o exercício da modalidade.

E as tainhas não se fizeram rogadas, pois apareceram em boa quantidade no anzol dos pescadores, que todos fizeram o gosto ao dedo.

Vítor Malheiros sagrou-se vencedor, seguindo-se António Cascão, Manuel Barqueiro, Fernando Tomás Luís e Pedro Veiga.

Com a segunda prova disputada, a classificação geral encontra-se assim ordenada: 1.º Vítor Malheiros (3 pontos); 2.º Manuel Barqueiro (4 pontos); 3.º António Cascão (6 pontos); 4.º Pedro Veiga (8 pontos); 5.º Fernando Tomás Luís (13 pontos); 6.º Manuel Nobre (15 pontos); 7.º David Faria (15 pontos); 8.º António Marques (16 pontos); 9.º António Gonçalves (16 pontos), e 10.º Manuel Luís (18 pontos). ▀

Tiro aos pratos

Torneio de apuramento em Condeixa



Jorge Conceição conquistou o primeiro lugar, numa competição em que os cinco atiradores demonstraram bem a sua arte

Este ano o torneio de apuramento do SBC teve lugar no campo de tiro de Condeixa, tendo registado a participação de cinco atiradores que demonstraram a sua arte de partir pratos em duas pranchadas de vinte e cinco pratos cada.

O vencedor foi Jorge Conceição, seguindo-se Carlos Coelho, Moisés Dinis, Fernando Dinis e José Louro.

Os quatro primeiros classificados irão representar o SBC na final nacional em Pevidém, a 18 de junho.

O Tiro aos Pratos é uma modalidade que apesar de bastante acarinhada pelo Departamento de Tempos Livres tem poucos praticantes, pois exige-se a estes um conjunto de fatores que influenciam decisivamente não só a sua prestação, como



a sua participação, a começar pela parte física e emocional, passando, ainda, pela qualidade da arma e da munição utilizada, pelo equipamento (colete, óculos, proteção para os ouvidos, etc.), o que faz desta uma modalidade bastante dispendiosa. ▶

Futsal

... E falta o todos contra todos!

O apuramento regional para o XI torneio nacional de futsal está em plena marcha.

As duas primeiras jornadas ditaram a vitória dos Galáticos e dos CMBCP-Coimbra, respetivamente. Na Lousã será conhecida a equipa vencedora



A primeira jornada do torneio de apuramento regional de Futsal do SBC desenrolou-se no Pavilhão Municipal da Redinha, em Pombal, no dia 2 de abril.

Participaram neste torneio quatro equipas, em representação das quatro Secções Regionais do SBC.

O primeiro jogo foi disputado entre as equipas "Os Viriatos", representando a

Secção Regional de Viseu, e "Os Galáticos", em representação da Secção Regional da Guarda. A vitória pendeu para o lado dos "Galáticos" da Guarda, que venceram os seus opositores por 3 a 2.

O segundo jogo pôs frente a frente as equipas "CMBCP-Coimbra", em representação da Secção Regional de Coimbra, e a "BCP-MGFOOT", da Secção Regional de



Leiria, e terminou com o resultado favorável à equipa de Coimbra por 4 a 3.

Em virtude deste torneio se disputar na modalidade de todos contra todos, haverá ainda mais duas jornadas para cumprir esses objetivos, pelo que a jornada seguinte realizou-se no dia 30 de abril, em Miranda do Corvo, e a próxima está agendada para o dia 14 de maio, na Lousã. ▶

25 de Abril e 1.º de Maio



Celebrar a Liberdade

Duas datas de grande relevância merecem, sempre, ser lembradas e comemoradas – porque jamais devem tornar-se simples efemérides. O seu significado continua atual e cabe a todos nós que assim permaneça. E para tal é importante manter a memória viva

Texto | José Luís Pais

Em primeiro lugar, uma referência, ainda que sucinta, ao 25 de Abril (Dia da Liberdade) que acabámos de comemorar muito recentemente.

Trata-se de uma data que todos nós, os que tivemos a felicidade de ser contemporâneos presenciais ou ativos desse evento, quer os que vieram a nascer depois, nos devemos orgulhar e, consequentemente, registar a letras de ouro na nossa memória coletiva, o mesmo é dizer na nossa História.

Basta dizer e lembrar que, mais que não fosse (e muito mais foi...), esse acontecimento abriu as portas de par em par para





a possibilidade de comemorarmos doravante, em plena festa e comunhão, o dia 1.º de Maio, mais vulgarmente conhecido por Dia do Trabalhador, que, afinal de contas, somos todos nós.

Falar e viver num Estado de Direito Democrático começou, então, a fazer sentido no nosso País.

O 1.º de Maio (ou melhor, as manifestações de trabalhadores no 1.º de Maio) está, desde as últimas décadas do século XIX, intimamente ligado à história das lutas que determinaram o sentido histórico da movimentação social dos trabalhadores e, sobretudo, do proletariado industrial.

RECORDAR OS “MÁRTIRES DE CHICAGO”

O 1.º de Maio, dia do trabalhador, que hoje conhece diversos tipos de comemoração – porque é um marco e património coletivo da luta dos trabalhadores – nasceu do processo de sobre-exploração inerente à expansão do capitalismo industrial no século XIX e às lutas do operariado por melhores condições de trabalho e remuneração.

A origem do 1.º de Maio como “marco histórico” do movimento operário situa-se

nos EUA, exatamente no ano de 1886, data que culmina uma série de greves, manifestações e lutas que o operariado norte-americano vinha desenvolvendo sem cessar, com o objetivo de conquistar o dia de oito horas de trabalho.

Nas greves e manifestações do 1.º de Maio de 1886, no grande centro industrial que era Chicago, algo ocorreu de importante e trágico nas lutas pelas oito horas de trabalho, ao ponto de ser essa a data e os acontecimentos de Chicago, aqueles que são quase sempre referenciados como a “origem” histórica do 1.º de Maio como jornada de luta e dia da solidariedade internacionalista dos trabalhadores.

Milhares e milhares de operários nesse

1.º de Maio de 1886 entraram em greve. Generalizou-se o movimento grevista, que em breve atingia cerca de 60 mil trabalhadores. Manifestações e greves continuaram e o patronato viu-se obrigado, na maioria das empresas, a ceder às reivindicações do operariado.

No entanto, operários que haviam sido despedidos foram violentamente atacados pela polícia no decurso de uma manifestação.

Os “Mártires de Chicago” e o 1.º de Maio de 1886 cimentavam uma luta que ganhou, nos anos posteriores, a Europa e o Mundo.

SOLIDARIEDADE

A tragédia de Chicago em breve chegou à Europa e, na Europa, a Portugal, onde desde então a solidariedade para com os trabalhadores norte-americanos e para com os “Mártires de Chicago” projetou o 1.º de Maio como jornada de luta e solidariedade dos trabalhadores de todo o Mundo.

A nossa central sindical – a UGT – comemorou este dia em Viseu, com o lema “Crescimento e Emprego”. ■



CAMPO DE FÉRIAS ABERTO



Os preços incluem: Transporte, Alimentação, Seguros, Monitoragem Credenciada, Atividades de Orientação, Escalada, Slide, Rappel, Programas de Atividades adaptáveis às faixas etárias, Idas a Praias nos distritos indicados.

Para Crianças e Jovens a partir dos 6 anos de idade

2016

- 1º Turno: 4 a 8 de Julho
- 2º Turno: 11 a 15 de Julho
- 3º Turno: 18 a 22 de Julho
- 4º Turno: 25 a 29 de Julho
- 5º Turno: 1 a 5 de agosto
- 6º Turno: 8 a 12 de Agosto



Preços:
107 Euros para Sócio e Colaborador de Empresa Associada
125 Euros para novos sócios

Pagamentos fracionados até novembro

(contacte para descontos e condições de pagamento)

Jovens Seguros

www.jovensseguros.com . geral@jovensseguros.com . Tlm: 916 564 998 . Tlf: 211 383 593





Aspeto parcial do momento do almoço dos participantes do SBN nas comemorações do 1.º de Maio em Viseu

Comemoração decorreu este ano em Viseu

SBN no 1.º de Maio da UGT

Mobilização ultrapassou mais de meio milhar de associados e familiares de todo o norte – pelo que a delegação do SBN foi bastante visível

Texto | Francisco José Oliveira



Alguns dos autocarros que transportaram os manifestantes do SBN, a partir da sede e de diversas delegações

O Sindicato dos Bancários do Norte incorporou a manifestação que a UGT organizou no 1.º de Maio, em Viseu, no Pavilhão Multiusos da Feira de S. Mateus.

A delegação do SBN ultrapassou o meio milhar de associados e membros dos respetivos agregados familiares, que para ali

se deslocaram em uma dezena e meia de autocarros provenientes da sede e de diversas delegações, além de muitos terem optado por se juntarem em veículos particulares.

A delegação do Sindicato dos Bancários do Norte tornou-se, assim, particularmente

visível em numerosos momentos – antes e depois da intervenção político-sindical do secretário-geral da central sindical.

Devido aos imperativos dos tempos do fecho da presente edição desta revista, desenvolveremos o tema no próximo número. ▶

Comissão Sindical de Empresa (norte) do BdP

O lado bom e o reverso da medalha...

Sem as dificuldades vividas na banca comercial, os trabalhadores do banco público sofrem outro tipo de problemas, como o corte salarial ainda não reposto

Texto | Francisco José Oliveira

Joaquim Afonso – coordenador –, Romeu Neves e José Lessa são os membros da Comissão Sindical de Empresa (norte) do Banco de Portugal. Concederam a entrevista que a seguir se transcreve.

P – Quais são os principais problemas com que se confrontam no exercício da vossa atividade?

R – O BdP é um banco específico, pelo que na atividade sindical não nos deparamos com os problemas da mesma gravidade que existem habitualmente na banca comercial. Até podemos adiantar que a relação com a administração é de normalidade. Ou seja, a nossa relação com os associados circunscreve-se mais a uma gestão da informação de e para o Sindicato.

P – E nesse aspeto é satisfatória?

R – Bastante. A informação flui bastante bem, até porque os serviços do banco estão, na zona norte, concentrados em dois edifícios no Porto e um em Braga. Mas além disso mantemos reuniões periódicas com o Secretariado Sindical do SBSI no BdP, com quem promovemos anualmente um encontro de delegados sindicais de todo o País, para debatermos os problemas existentes na instituição e para auscultarmos as opiniões dos colegas representantes de todos os associados.

P – Fica-se por aí a vossa atividade?

R – Não! Há mais! Trimestralmente reunimo-nos com o administrador responsável pelo pelouro dos Recursos Humanos e respetiva Direção, com os objetivos de lhes apresentarmos os problemas entretanto detetados junto dos associados e de recebermos a informação que aqueles elementos nos transmitem sobre a evolução da vida da

instituição. Além disso, reunimo-nos, sempre que necessário, com a diretora adjunta, que se encontra sediada na filial do Porto.

SALÁRIOS (AINDA) CORTADOS

P – As notícias que constantemente veem a público sobre a supervisão bancária não afetam os trabalhadores do BdP?

R – Claro que afetam, como afetariam em situação idêntica numa qualquer outra empresa. Evidentemente que não é agradável vermos a nossa empresa com tanta frequência nas bocas do mundo e muito menos quando as notícias nem sempre correspondem à verdade. Mas queremos deixar bem claro que, no que se nos refere – e é isso que aqui está em causa – podemos garantir que os trabalhadores do BdP sempre deram, continuam a dar e darão no futuro o seu melhor para garantir que o prestígio da instituição seja colocado ao mais alto nível.

P – Quais os sentimentos que os trabalhadores do banco vos transmitem, relativamente ao momento que vivem?

R – Bem, esta coisa de sermos uma instituição diferente tem lados positivos, mas existe um reverso da medalha, como ficou espelhado no caso dos cortes salariais da administração pública, com repercussões enormes em todos os trabalhadores do BdP, não apenas em termos remuneratórios, mas também em situações que tinham a ver com o apoio à qualidade de vida. Ora, isto veio juntar-se ao facto de no setor não haver aumentos salariais desde 2010. Portanto, aquela não constituiu uma situação pontual que se tivesse esvaído no horizonte, antes continuando a refletir-se no quotidiano de muitos trabalhadores, apesar de na administração pública ter já começado a ser revertida.

P – Como veem o futuro da instituição, nomeadamente na zona norte?



R – De forma apreensiva. Uma das situações que mais nos preocupa é a falta de renovação, ou seja, a total ausência de entrada de gente nova para os quadros do banco. É certo que têm sido contratadas algumas pessoas em regime de outsourcing, mas não é assim que se constrói o futuro. O envelhecimento do quadro continua a acentuar-se no Porto e, principalmente, em Braga, agência que é a única, a nível nacional, para a qual não foi admitida ninguém nas últimas três décadas.

P – Mas têm dados concretos sobre o que afirmam?

R – Não só respondemos afirmativamente como gostaríamos de sublinhar esta afirmação com um dado estatístico que não é passível de contradição e que comprova, à evidência, a gravidade da situação: a média etária é de 56 anos no Porto e de 57 em Braga. E, por outro lado, tem-se assistido a uma contínua saída de trabalhadores, fruto de reformas, o que aumenta o nosso grau de preocupação. De resto, temos vindo, desde há longo tempo, a alertar a administração para esta situação, sem que haja sinais de qualquer resolução.

NOVAS FUNÇÕES

P – Pode dizer-se que o banco tenha uma boa política de descentralização?



Joaquim Afonso, José António Gonçalves (coordenador do pelouro da Estrutura Sindical e Sindicalização do SBN), Romeu Neves e José Lessa

R – Não e sim. Ou seja, por um lado, temos perdido algumas valências, que consideramos fundamentais. Por exemplo, o atendimento ao público reduziu-se para menos de metade, devido ao facto de esse serviço ter passado a ser prestado on-line. Por outro lado, com a diminuição da utilização do cheque como meio de pagamento, também foi reduzido em cerca de 75% o processo de restrição ao uso de cheque. Mas passamos a trabalhar em outras áreas, como o Plano Nacional de Formação Financeira (em que vamos à escola e a diversas instituições falar sobre literacia financeira) e formação sobre a nota do euro nas escolas e nas empresas (versando sobretudo as questões de segurança). Mas também vamos às empresas de transporte de valores fazer inspeção à qualidade das notas (para determinar se ainda estão em condições de circular ou se devem ser destruídas), bem como fazemos inspeções às ATM. Num outro aspeto, foi criado há cerca de dois anos o Laboratório de Investigação em Microdados, com trabalhadores do banco, onde doutorandos de diversos estabelecimentos de ensino fazem estágios curriculares. Mais ainda: o núcleo que só dava apoio ao Fundo de Garantia passou a apoiar também o Fundo de Garantia de Crédito, o Fundo de Garantia de Depósito e o Fundo de Resolução.

P – Entretanto, as carreiras no banco mantêm-se estacionárias?

R – Pelo contrário. No passado dia 1 de fevereiro entraram em vigor novas carreiras: a técnica e a técnico-profissional, o que veio possibilitar uma maior progressão na carreira aos trabalhadores, desmontando assim algumas barreiras até agora existentes.

P – O que têm a dizer quanto às condições de trabalho no banco?

R – São boas. E há dois anos a estrutura sindical norte e sul do BdP conseguiu elaborar uma lista de representantes dos trabalhadores na Segurança e Saúde no Trabalho, estrutura que é apoiada pela administração. Estes elementos reúnem-se periodicamente com a administração e com o Núcleo de Engenharia e Segurança do banco.

SINDICALIZAR OS JOVENS

P – Qual o ponto da situação entre as relações da comissão sindical com o SBN e o SAMS?

R – São boas! Em relação ao Sindicato, temos apenas dois reparos a fazer. O primeiro, por considerarmos que o representante às reuniões do Stand Committee e do Diálogo Social, à semelhança do que acontece no SBSI, deveria ser um

elemento da estrutura sindical. O outro é o de que os associados nos têm feito chegar a opinião de que se encontram bem municiados de informação que o SBN lhes transmite no que diz respeito a atividades de cultura, desporto, lazer e tempos livres, mas que carecem de mais no que se refere à atividade sindical. Quanto ao SAMS, temos toda a informação necessária, através do coordenador do pelouro da Estrutura Sindical e Sindicalização, a qual divulgamos sempre e atempadamente pelos nossos colegas do banco.

P – Uma última palavra: antecipando o futuro...

R – Ora aí está um prognóstico complicado, porque a situação também é complicada. Os sindicatos têm de encontrar soluções que motivem os mais novos para se sindicalizarem. Estamos convictos de que não é uma tarefa fácil. Sabemos que essa é uma das principais preocupações da Direção. Mas o facto de ser difícil não pode querer significar que seja impossível. Por outro lado, queremos referir que consideramos absolutamente necessário e fundamental que, aquando das próximas negociações do acordo de empresa do BdP, esteja sempre presente, em todas as reuniões, um elemento nomeado pela estrutura sindical do banco. ■



Unidos na defesa
de **80.000 trabalhadores**
do setor financeiro